
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

31 DE DEZEMBRO DE 2019

INFORMAÇÕES GERAIS

O Serviço Social do Comércio (Sesc) foi criado por meio do Decreto-Lei nº 9.853, de 13 de setembro de 1946, publicado no DOU de 16 de setembro de 1946.

O regulamento da Entidade foi estabelecido pelo Decreto nº 61.836, de 05 de dezembro de 1967, publicado no DOU de 07 de dezembro de 1967, com as modificações dispostas nos Decretos: nº 5.725, de 16 de março de 2006 (DOU de 17 de março de 2006), nº 6.031, de 1º de fevereiro de 2007 (DOU de 02 de fevereiro de 2007) e nº 6.632, de 05 de novembro de 2008 (DOU de 06 de novembro de 2008).

NATUREZA JURÍDICA DA ENTIDADE

O Sesc é uma Entidade com personalidade jurídica de direito privado, nos termos da lei civil, sem fins lucrativos e, em decorrência, enquadra-se na imunidade tributária prevista na alínea “c”, do inciso VI, do artigo 150 da Constituição da República Federativa do Brasil, de 05 de outubro de 1988.



NATUREZA DAS OPERAÇÕES E PRINCIPAIS ATIVIDADES DA ENTIDADE

O Sesc tem por finalidade estudar, planejar e executar medidas que contribuam para o bem-estar social e a melhoria do padrão de vida dos trabalhadores do comércio de bens, serviços e turismo, de seus familiares e da comunidade e, bem assim para o aperfeiçoamento moral e cívico da coletividade, por meio de uma ação educativa que partindo da realidade social do país, exercite os indivíduos e os grupos para adequada e solidária integração numa sociedade democrática.

DECLARAÇÃO DE CONFORMIDADE COM A LEGISLAÇÃO E COM AS NORMAS DE CONTABILIDADE APLICÁVEIS

Nossas práticas e demonstrações contábeis são regulamentadas por normas específicas do Conselho Federal de Contabilidade (CFC), por meio das Resoluções CFC nº 1.128 a 1.137/2008, que aprovaram as Normas Brasileiras de Contabilidade e incorporadas internamente ao Código de Contabilidade e Orçamento (Codeco) do Serviço Social do Comércio, que regula a aplicabilidade em âmbito nacional sob a coordenação do Departamento Nacional.

ESTRUTURA ORGANIZACIONAL

Administração Nacional

- Departamento Nacional: Órgão executivo responsável pela normatização técnica e administrativa do sistema.
- Conselho Nacional: Órgão deliberativo que compete a aprovação de documentos institucionais entre outras atribuições.
- Conselho Fiscal: Órgão responsável pela fiscalização financeira e o acompanhamento da execução orçamentária da Administração Nacional e Administrações Regionais.

Administrações Regionais

- Departamento Regional: Órgão executivo, responsável pela execução da programação e demais serviços de administração geral regional.
- Conselho Regional: Órgão deliberativo em relação ao desenvolvimento dos trabalhos e observação das diretrizes gerais adaptadas às peculiaridades regionais.

Embora sujeitos às diretrizes e normas gerais, os Departamentos Regionais são autônomos no que se refere à administração de seus serviços, gestão dos seus recursos, regime de trabalho e relações empregatícias.

CONTEXTO OPERACIONAL

Ao Departamento Nacional compete a elaboração de normas e diretrizes gerais de ação do Sesc, prestar assistência técnica sistemática às administrações regionais, realizar estudos, pesquisas e experiências por meio das unidades operacionais, para fundamentação técnica das atividades do Sesc, programar e executar os demais serviços de administração geral da Administração Nacional e sugerir medidas tendentes à racionalização do sistema administrativo da Entidade, dentre outras competências.

APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis apresentadas, em cumprimento às disposições legais e regulamentares, contêm dados do Departamento Nacional e Departamentos Regionais.

Os fatos contábeis foram registrados e as Demonstrações Oficiais extraídas por meio da ferramenta eletrônica.

1. CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DA APLICAÇÃO DOS RECURSOS

O Conselho Fiscal, órgão de fiscalização financeira da Administração Nacional, é responsável pelo controle e fiscalização da aplicação de recursos do Sesc.

Nossas contas são, também, fiscalizadas e auditadas pelo Ministério da Transparência e Controladoria-Geral da União (CGU) e pelo Tribunal de Contas da União (TCU), os Orçamentos são aprovados pelo Ministério da Cidadania.

2. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS APLICADAS E BASES DE MENSURAÇÃO

Na elaboração e apresentação das Demonstrações Contábeis foram aplicados princípios, convenções, procedimentos e regras específicas.

As demonstrações contábeis foram elaboradas em obediência às Características Qualitativas das informações.

Os registros de ativos e passivos foram realizados com base no **custo histórico**, considerando que o Sesc utiliza seus ativos de forma natural na consecução de suas finalidades programáticas, sem indicação de perdas dos desempenhos econômicos.

As principais práticas na elaboração das demonstrações financeiras são as seguintes:

a) APLICAÇÕES FINANCEIRAS

Estão registrados ao custo de aplicação, acrescidos dos rendimentos proporcionais até a data do balanço.

b) ESTOQUES

Os estoques em almoxarifado são demonstrados pelo custo de aquisição e o método para mensuração e avaliação das saídas do almoxarifado é o custo médio ponderado, e são formados prioritariamente por material de almoxarifado ou, ainda, por produtos para revenda, vinculados às atividades desenvolvidas, com grande rotatividade.

c) PROVISÕES PARA CRÉDITOS DE LIQUIDAÇÃO DUVIDOSA

As Provisões para Créditos de Liquidação Duvidosa são destinadas a cobrir perdas prováveis ou estimadas por não realização de valores registrados no Ativo. A entidade se caracteriza pelos preços subsidiados com caráter pedagógico e educativo.

d) DEMAIS DIREITOS

Os demais ativos circulantes e realizáveis a longo prazo estão demonstrados aos seus valores originais, adicionados, quando aplicável, pelos valores de juros e variações monetárias ou, no caso de despesas pagas antecipadamente, demonstrados pelo valor de custo.

e) IMOBILIZADO

O Ativo Imobilizado é demonstrado ao custo de aquisição, deduzido da depreciação acumulada. As depreciações são calculadas pelo método linear, às seguintes taxas estabelecidas, desconsiderando o valor residual:

Grupo de Bens	Vida Útil	Taxa de Depreciação
Móveis e Utensílios	10	10%
Máquinas e Equipamentos	10	10%
Equipamentos de Informática	05	20%
Veículos	05	20%
Edificações	25	4%*

*4% ou pelo valor reavaliado, conforme laudo.

f) REDUÇÃO AO VALOR RECUPERÁVEL

A empresa não efetuou ajustes decorrentes de avaliações patrimoniais. Os bens móveis não apresentaram mudanças significativas no valor justo ou valores de mercado durante o ano, sendo desnecessária a avaliação, mas tão somente os ajustes por meio de registros de depreciação. Invocando-se, ainda, numa questão de julgamento de valor, cuja relação custo-benefício não justificaria esta informação contábil para os bens móveis.

g) PASSIVO CIRCULANTE E EXIGÍVEL A LONGO PRAZO

Estão demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos incorridos até a data do balanço, observando o regime de competência;

h) DETERMINAÇÃO DO RESULTADO

O resultado é apurado em obediência ao regime de competência de exercícios.

i) EFEITOS DA CONSOLIDAÇÃO

Foram expurgados operações intercompany decorrentes de transações intervenientes entre o Departamento Nacional e Departamentos Regionais.

j) CONTINGÊNCIAS

Por prudência, as contingências fiscais, legais, trabalhistas, cíveis e outras estão controladas em contas de Atos Potenciais Ativos e Passivos. Os processos jurídicos em que o Sesc atua como réu ou autor não são obrigações presentes, não satisfazendo os critérios de reconhecimento de provisão e impossibilitando a execução orçamentária, que deve atender o regime da competência.

3. INFORMAÇÕES DE SUPORTE E DETALHAMENTO DE ITENS APRESENTADOS NAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

- RESULTADO NO PERÍODO

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS

As variações patrimoniais aumentativas totalizam R\$ 8.220.519.470,50 no ano, apresentando a seguinte composição:

VPA	Exercício 2019	Exercício 2018	Variação % Anual	Participação % Receita
Contribuições	5.588.022.557,78	5.265.639.403,89	6,12%	67,98%
Serviços	999.193.924,29	892.146.970,19	12,00%	12,15%
Financeiras	384.889.785,77	393.473.902,84	-2,18%	4,68%
Transferências	10.463.965,45	33.552.841,95	-68,81%	0,13%
Valorização e Ganhos de Ativos	838.484.946,12	3.164.901.450,06	-73,51%	10,20%
Outras	399.464.291,09	1.568.883.987,51	-74,54%	4,86%
Totais	8.220.519.470,50	11.318.598.556,44	-27,37%	100,00%

A receita de contribuição corresponde a 67,98% da receita total acumulada no exercício de 2019 e as demais respondem por apenas 32,02%.

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS

As variações patrimoniais diminutivas totalizam R\$6.735.216.996,33 no ano, apresentando a seguinte composição:

VPD	Exercício 2019	Exercício 2018	Varição % Anual	Participação % Despesa
Pessoal e Encargos	2.978.225.177,76	2.766.502.280,62	7,65%	44,22%
Uso de Bens e Serviços	2.672.263.709,71	2.563.235.532,91	4,25%	39,68%
Financeiras	23.047.007,15	12.638.659,42	82,35%	0,34%
Transferências	483.319.796,19	698.218.728,48	-30,78%	7,18%
Desvalorização e Perdas de Ativos	380.211.415,35	772.972.019,65	-50,81%	5,65%
Outras VPD's	198.149.890,17	604.766.011,04	-67,24%	2,94%
Totais	6.735.216.996,33	7.418.333.232,12	-9,21%	100,00%

Analisando o comportamento destas variações no exercício, podemos afirmar que o montante realizado representa 120,53% das Variações Patrimoniais Aumentativas de Arrecadação e 81,93% das Variações Patrimoniais Aumentativas Totais.

As Variações Patrimoniais Diminutivas com Pessoal e Encargos Sociais representaram no período 36,23% das Variações Patrimoniais Aumentativas Totais e 53,30% das Variações Patrimoniais Aumentativas de Arrecadação.

Os encargos sociais, em relação às demais variações patrimoniais diminutivas de pessoal, foram de 21,64%, dentro do parâmetro de 40% adotado pelo Conselho Fiscal da Administração Nacional do SESC.

RUBRICA		NOMENCLATURA	R\$
3.1.1.1	A	Remuneração a Pessoal	1.944.136.669,04
3.1.2.1	B	Encargos Patronais	437.727.716,75
3.1.9.1	C	Outras VPD's - Pessoal e Encargos	78.985.212,95

$$\frac{B}{A + C} = \frac{437.727.716,75}{2.023.121.881,99} = 21,64\%$$

RESULTADO

O resultado operacional do exercício é positivo no valor de R\$ 1.485.302.474,17 apresentando a seguinte composição:

Exercício	Atual 2019	Anterior 2018
Variações Patrimoniais Aumentativas	8.220.519.470,50	11.318.598.556,44
Variações Patrimoniais Diminutivas	6.735.216.996,33	7.418.333.232,12
Resultado Operacional	1.485.302.474,17	3.900.265.324,32

O Resultado Acumulado do Exercício apresentou um superávit da ordem de 18,07%, o que demonstra que do montante das Variações Patrimoniais Aumentativas do exercício, 81,93% foram consumidas com o montante das Variações Patrimoniais Diminutivas.

4. OUTRAS INFORMAÇÕES RELEVANTES

a) EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DA RECEITA

Da análise do quadro Balanço Orçamentário podemos concluir que a arrecadação da receita atingiu 89,91% do previsto no orçamento.

b) EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DA DESPESA

Da análise do quadro Balanço Orçamentário podemos concluir que a realização da despesa atingiu 85,12% do previsto no orçamento.

REALIZAÇÃO DE VERBA ORÇAMENTÁRIA ACIMA DO AUTORIZADO

A conta 5.1.5.3 – Contribuições Confederativa e Federativas apresenta variação no ano em R\$ 9.901.282,66 acima do previsto por motivo de oscilação positiva na arrecadação da cota financeira;

A conta 5.2.2.2 – Empréstimos a Servidores apresenta variação no ano em R\$ 18.000,00 acima do previsto por motivo de concessão de empréstimo solidário em caráter emergencial. Conforme a norma DIREG 033/2011 SESC RIO, e aprovação da Diretoria de Programas Sociais e Diretoria Regional, foram concedidos empréstimos em razão de catástrofes naturais, a fim de promover assistência aos (dois) funcionários afetados;

A conta 5.2.3.4 – Obras e Instalações apresenta variação no ano em R\$ 29.805.043,00 acima do previsto em decorrência de prestações de contas dos Investimentos autorizadas em exercícios anteriores e executadas em 2019, nos regionais subsidiados pelo Departamento Nacional.

c) SITUAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

O exame do Balanço Financeiro revela que o disponível aumentou em R\$ 304.501.083,37, representando uma variação positiva de 4,84% em face dos resultados alcançados, conforme demonstramos abaixo:

Receita Orçamentária	7.016.200.379,69	
Despesa Orçamentária	6.647.805.840,03	368.394.539,66
<hr/>		
Receita Extra-orçamentária	129.508.325,46	
Despesa Extra-orçamentária	109.029.763,35	20.478.562,11
<hr/>		
Variações no Passivo	- 411.733.965,55	
Variações no Ativo	- 327.361.947,15	- 84.372.018,40
<hr/>		
Total		304.501.083,37
<hr/>		
Disponível em: 31/12/2018		6.289.461.812,97
Disponível em: 31/12/2019		6.593.962.896,34
<hr/>		
Variação Positiva no Disponível		304.501.083,37

O exame da Demonstração das Variações Patrimoniais revela que o Patrimônio Líquido da Entidade aumentou em R\$ 1.485.302.474,17, em decorrência dos seguintes resultados obtidos:

Resultado Orçamentário:		368.394.539,66
Mutações Patrimoniais	Positivas	490.950.149,22
Variações Extraorçamentária	Positivas	625.957.785,29
<hr/>		
Superávit do Exercício		1.485.302.474,17

d) SUPERÁVIT FINANCEIRO

O superávit financeiro é apurado com base no último Balanço Patrimonial por meio da equação: Disponibilidades Efetivas menos Exigível Imediato.

TÍTULO	SALDO EM: 31/12/2019	SALDO EM: 31/12/2018
Disponibilidades Efetivas	6.442.629.825,23	6.289.461.812,97
Exigível Imediato	566.881.854,52	556.075.622,51
Superávit Financeiro	5.875.747.970,71	5.733.386.190,46

e) SITUAÇÃO PATRIMONIAL

ÍNDICE DE LIQUIDEZ IMEDIATA:

$$\frac{\text{Disponibilidades Efetivas}}{\text{Exigível Imediato}} = \frac{6.442.629.825,23}{566.881.854,52} = 11,37$$

O índice de liquidez imediata é um indicador financeiro que demonstra o quanto a empresa possui de recursos disponíveis para liquidar suas obrigações de curtíssimo prazo, considerando apenas caixas, bancos e aplicações financeiras de curto prazo. A interpretação acima demonstra que para cada R\$1,00 de compromisso de curto prazo, a Administração Nacional dispõe de R\$ 11,37 para sua cobertura;

ÍNDICE DE LIQUIDEZ MEDIATA:

$$\frac{\text{Ativo Circulante - (Valores em Apuração + Despesas Antecipadas)}}{\text{Passivo Circulante - (Valores em Apuração + Receitas Antecipadas)}} = \frac{7.940.657.595,42}{840.413.462,83} = 9,45$$

O índice de liquidez mediata é um indicador financeiro que demonstra o quanto a empresa possui de recursos disponíveis para liquidar suas obrigações de curto prazo, considerando direitos de curto prazo e desconsiderando valores antecipados e em apuração. Este índice financeiro demonstra que as contas de Despesas e

Receitas Antecipadas e Valores em Apuração não causam grande impacto nos indicadores da Administração Nacional.

ÍNDICE DE LIQUIDEZ GERAL:

$$\frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}} = \frac{8.263.491.695,66}{1.155.376.333,12} = 7,15$$

O índice de liquidez geral é um indicador financeiro que demonstra o quanto a empresa possui de recursos disponíveis para liquidar suas obrigações de curto prazo, considerando apenas direitos de curto prazo. Este índice financeiro demonstra que, para cada real de dívida a curto prazo, a Administração Nacional conta com R\$ 7,15 em direitos de curto prazo para a sua cobertura.

Rio de Janeiro, 31 de dezembro de 2019.